

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &
CONSTITUCIONAL**

a. 18

n. 74

out./dez. 2018

Editorial9

L'entreprise privée d'intérêt général

The private enterprise of general interest

Jacqueline Morand-Deville 11

I Un nouveau statut pour une entreprise privée « d'intérêt général »14

II De nouveaux instruments pour une entreprise d'intérêt général au service de
l'environnement 18

Références24

El sistema organizativo y competencial de los servicios sociales locales de la
post-crisis en el Estado Español. El caso de Catalunya

*The organizational and competence system of the local social services of the
post-crisis in the Spanish State. The case of Catalunya*

María Victòria Forns i Fernández 25

1 Introducción26

2 El marco jurídico internacional 30

3 El marco jurídico europeo 31

4 El marco jurídico constitucional: la consagración del Estado del Bienestar 34

5 El marco jurídico estatutario: la arquitectura del autogobierno de Catalunya 36

5.1 Las competencias estatutarias en materia de servicios sociales 37

5.2 Derechos, deberes y principios estatutarios 39

5.3 El Derecho a los servicios sociales 42

6 El marco jurídico local: la construcción de un modelo de prestación de servicios
de atención a la persona 43

6.1 El modelo de organización local originario 44

6.2 El nuevo modelo de organización local 47

7 El sistema competencial local en Catalunya 48

7.1 El marco competencial municipal 48

7.2 El marco competencial comarcal 50

7.3 El marco competencial provincial 51

8 La reforma de la organización local española 52

9 La reordenación del sistema competencial local 53

10 La reinterpretación constitucional del sistema competencial local 55

11 El marco competencial local en materia de servicios sociales 56

12 Conclusiones 59

Referencias63

Direitos sociais, reserva do possível e o mínimo existencial: a aporia do meio
adequado de satisfação

*Social rights, the proviso of the possible and the minimum existential: the aporia
of the adequate means of satisfaction*

Paulo Ricardo Schier, Adriana da Costa Ricardo Schier 67

1 Introdução68

2 Reserva do possível e mínimo existencial no contexto da Constituição de 198869

3	Dos limites da judicialização à satisfação dos direitos sociais através dos serviços públicos e o caminho de retorno.....	80
4	Conclusão.....	90
	Referências.....	91

O ativismo do Supremo Tribunal Federal e a ausência de critérios claros em matéria de direitos fundamentais

The activism of the Federal Supreme Court and the lack of clear criteria on fundamental rights

Marcelo Figueiredo		97
1	O Supremo Tribunal Federal no Brasil: composição, críticas e competências.....	98
2	O exercício da jurisdição constitucional pelo Supremo Tribunal Federal: o controle abstrato ou concentrado de constitucionalidade.....	101
3	A proteção dos direitos fundamentais pelo Supremo Tribunal Federal.....	103
3.1	O caso da constitucionalidade da antecipação do parto de fetos anencefálicos. Descaracterização do crime de aborto (ADPF nº 54-DF, Relator Ministro Marco Aurélio).....	104
3.2	O caso das pesquisas com células-tronco embrionárias (ADI nº 3.510-DF, Rel. Min. Carlos Britto, 05.03.2008).....	106
3.3	O caso das uniões homoafetivas: o reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre parceiros do mesmo sexo (ADI nº 142 e a ADPF nº 132).....	109
3.4	A marcha da maconha: sua constitucionalidade (ADPF nº 187, Relator Ministro Celso de Mello).....	112
3.5	Direito à saúde (direitos fundamentais sociais) e o Supremo Tribunal Federal.....	115
3.6	Constitucionalidade da instituição de cotas em universidades públicas e do PROUNI (ADPF nº 186/DF, Relator Ministro Ricardo Lewandowski e ADI nº 3.300-DF, Rel. Min. Carlos Ayres Britto).....	116
3.7	Exigência de diploma para o exercício do jornalismo. Inconstitucionalidade (Recurso Extraordinário nº 511961-SP, Relator Ministro Carlos Ayres Britto).....	117
4	O ativismo do Supremo Tribunal Federal, a ausência de critérios claros para o exercício da jurisdição constitucional. Conclusões.....	120
	Referências.....	122

Bens públicos na Constituição de 1988: repartição federativa, monopolização e classificação

Public property in the 1988 Constitution: federal distribution, monopolization and classification

Thiago Marrara		125
1	Introdução.....	126
2	Breve histórico constitucional.....	127
3	A disciplina dos bens na Constituição de 1988.....	128
4	Bens federais.....	129
5	Bens estaduais.....	137
6	Bens municipais.....	140
7	A Constituição, os bens reservados e os monopólios.....	141
8	A Constituição e a necessária revisão da teoria dos bens.....	143
9	Conclusão.....	145
	Referências.....	146

Políticas públicas consensuais e o estímulo à negociação pelo agente público
Consensus public policies and the stimulation to the negotiation by the public agent

Marcelo Varela, Marcílio Ferreira Filho	147
Introdução.....	148
1 Limites à consensualidade e sua relação com as políticas públicas no Brasil	150
2 Estruturas administrativas existentes e normativas consensuais e seus resultados ...	157
3 O estímulo de comportamentos não adversariais e sua aplicação para maior efetividade da prestação jurisdicional	162
Conclusão	170
Referências	171

Relações entre Estado, Administração Pública e sociedade: a corrupção como fenômeno multicultural e a afetação dos direitos fundamentais

Relations between Estate, public administration and society: the corruption how multicultural phenomenon and the fundamental rights affectation

Mônia Clarissa Hennig Leal, Maria Valentina de Moraes	175
1 Introdução.....	176
2 O Estado Democrático de Direito e a proteção de direitos fundamentais	177
3 Estado e Administração Pública: direito à boa administração e vinculação aos direitos fundamentais.....	182
4 A corrupção como fenômeno multicultural: de herança histórica a problema atual ...	186
5 Conclusão	189
Referências	190

O sobrestamento legislativo de decisões do STF: diálogo constitucional e o papel do Judiciário como ator com poder de veto no Brasil

The legislative overrule of the decisions of STF: constitutional dialogue and the role of the judiciary as veto player in Brazil

Carlos Renato Cunha, Valterlei A. da Costa, Maurício Dalri Timm do Valle	193
1 Introdução: democracia, legalidade e controle de constitucionalidade	194
2 O Judiciário como ator com poder de veto e o sobrestamento Legislativo	200
3 O caso brasileiro: consensualidade e STF como ator com poder de veto.....	204
4 O sobrestamento legislativo de decisões do STF em matéria tributária.....	205
5 Conclusões	214
Referências	214

Parâmetros de atuação do Poder Judiciário nas políticas públicas

Parameters of the Judiciary's performance in public policies

Luís Carlos Martins Alves Júnior, Alexandre Santos Sampaio	217
1 Introdução.....	218
2 A quem compete ordinariamente a estruturação das políticas públicas	219
3 O orçamento necessário para a execução das políticas públicas é aprovado pelo Poder Legislativo	222
4 A teoria da separação dos poderes não é suficiente para afastar a intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas	223

5	O Poder Judiciário somente pode atuar nas políticas públicas em situações excepcionais.....	225
6	A atuação do Poder Judiciário deve ocorrer preferencialmente em ações coletivas de amplo espectro	229
7	A simples alegação de que um direito fundamental foi violado não é suficiente para a atuação do Poder Judiciário	230
8	A reserva do possível deve ser observada nas decisões judiciais	231
9	Caso prático da intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas: o julgamento da “pílula do câncer”	236
10	Conclusão	242
	Referências	243

O Tribunal Superior Eleitoral na redemocratização (1987-1990): entre o pluripartidarismo e a autonomia parlamentar

The Tribunal Superior Eleitoral in the democratization (1987-1990): between multiparty system and deputy autonomy

Maria Pia Guerra	247	
1	Introdução.....	248
2	A Constituição Federal de 1988 nos tribunais	251
3	O Tribunal Superior Eleitoral no caso Silvio Santos: da autonomia judicial à autonomia parlamentar	252
3.1	O registro partidário do PMB em tempos de fragmentação	253
3.2	O registro individual e a experiência dos casuísmos.....	256
4	O Tribunal Superior Eleitoral sobre a censura e a propaganda eleitoral: da autonomia parlamentar à democracia liberal	259
5	Conclusões	267
	Referências	267

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	271
Condições para Submissão <i>Submission Preparation Checklist</i>	276
Declaração de Direito Autoral <i>Copyright Notice</i>	277
Política de Privacidade <i>Privacy Statement</i>	277
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação <i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	278